

A FABRICAÇÃO DE HUMANOS E O SEQUESTRO DA SUBJETIVIDADE: O BIOPODER COMO PARADIGMA DO SÉCULO XXI

Celso de Jesus Silva
Universidade do Estado da Bahia
c.inae@ig.com.br

Em nossos dias, e ainda aí Nietzsche indica de longe o ponto de inflexão, não é tanto a ausência ou a morte de Deus que é afirmada, mas sim o fim do homem.¹

RESUMO: No presente ensaio me debruço sobre o tema do poder sobre a vida (biopoder) frente ao crescente e promissor campo da ciência genética e a ameaça de uma eugenia em escala global que esse promissor setor da ciência pode trazer se aliado a interesses de Estados totalitários (ou não) manifestados no desejo de controlar e padronizar a vida biológica, a “vida natural”. Nessa perspectiva, a abordagem a qual me proponho pretende realçar aspectos específicos concernentes ao tema em questão tomando como fio condutor algumas ideias e estabelecendo diálogo com o filósofo francês Michel Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: Biopoder; Eugenia; Humanismo.

ABSTRACT: In this essay, I discuss the subject of power over life (biopower) to the growing and promising field of genetic science and the threat of eugenics on a global scale, which this promising sector of science can bring if allied with interests of totalitarian States manifested (or not) in the desire to control and standardize the biological life, the “natural life”. From this perspective, the approach which I propose seeks to highlight specific aspects concerning the issue at hand, taking some ideas as a guide and establishing a dialogue with the French philosopher Michel Foucault.

KEY-WORDS: Biopower; Eugenics; Humanism.

Os atuais problemas suscitados pelo avanço e domínio da engenharia genética como a disposição da vida para fins de seleção (no Diagnóstico Genético de Pré-Implantação — DGPI — por exemplo), o uso de embrião e de células tronco em pesquisas, a clonagem, os próprios perigos da manipulação indiscriminada da vida pela genética etc, e conseqüentemente as questões do poder sobre a vida (biopoder) e o perigo de uma nova forma de eugenia, são questões que nos cercam e têm agitado o debate filosófico atual. Sempre que o desejo de controlar a vida é manifestado através dos empreendimentos de controle de cada detalhe da vida comum, natural e coletiva — a exemplo do controle de natalidade a pretexto de solucionar o problema das super populações, do extermínio em grande escala de “pessoas indesejadas” no holocausto, até a biotecnologia² atual — os temas da eugenia, do humanismo, da biopolítica e do biopoder tornam-se recorrentes.

O uso indevido e descontrolado da biogenética traz a ameaça de um controle populacional em larga escala, da eugenia em massa, da regulação da vida em seus mínimos detalhes, e o Estado tem um papel crucial nesse processo. O Estado, como detentor do monopólio da força, da violência sobre os corpos e da coerção sobre a vida, é quem decide quem deve viver e quem deve morrer e dessa forma o velho direito soberano de morte e de vida do qual Michel Foucault havia falado (fazer morrer e deixar viver) é recomposto pelo “direito democrático” de “fazer viver e deixar morrer”³ (preservar a vida dos bons, normais e deixar morrer os indivíduos “inferiores”, “menos aptos” a vida). “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração

dos corpos e pela gestão calculista da vida”.⁴ A regulação dos indivíduos (sujeitados ao Estado) é feita agora por meio de uma “explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um ‘bio-poder’ (...). Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”.⁵ A ação política sobre uma população ou sobre a vida de grupos específicos de pessoas (negros, judeus, ciganos, homossexuais etc.) faz lembrar o sinistro episódio da “higiene racial” praticada pelo Estado totalitário nazista. A história da ciência, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, mostrou o quão perigosa pode ser a união entre Estado e ciência. “A história da nossa ciência está ligada de uma forma muito próxima à história alemã mais recente (...), ao ponto de hoje em dia um véu espesso cobrir esse episódio pouco glorioso da história das ciências”.⁶ Hoje, o avanço da biotecnologia e o perigo do seu encaminhamento indevido, direcionado a dominação e a manipulação indiscriminada da vida, pode ter conseqüências tão complexas e perigosas que sequer começamos a avaliá-las.

A abordagem populacional torna-se assim subalterna a ciência, ao Estado e, de resto, a eugenia empregada no controle da vida apresenta-se como a solução do problema das super populações, da pobreza, das doenças e anomalias, da miséria e da degenerescência⁷ da humanidade. A eugenia põe em risco a ética de liberdade individual e contradiz um direito fundamental do indivíduo: o de preservar a integridade de seu corpo. É preciso um alto grau de ingenuidade para

acreditar nas sempre boas intenções da ciência e do poder estatal. Uma lição deixada por Nietzsche é importante nesse caso: “os vossos mais secretos desejos de tirania disfarçam-se em palavras de virtude!”.⁸ Toda política de eugenia, de controle populacional, de preocupação do Estado em gerir e normatizar uma população resulta sempre em um efeito de morte, e dessa forma o Estado

exerce seu poder sobre os seres vivos como seres viventes, e sua política é, em consequência, necessariamente uma biopolítica. Sendo a população apenas aquilo de que o Estado cuida, visando, é claro, ao seu próprio benefício, o Estado pode, ao seu bel-prazer, massacrá-la. A tanatopolítica é, portanto, o avesso da biopolítica.⁹

A apropriação do ser vivo no terreno biológico (não só a manipulação de sementes, plantas e animais, mas do homem espécie, do corpo, do embrião, da vida) entra agora mais uma vez em cena e nessa experiência contemporânea, um limiar foi transposto no decorrer do século XXI o qual Michel Foucault suspeitava, de modo particular, ao escrever que

o que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.¹⁰

Os estudos de Michel Foucault sobre o poder, particularmente sobre o biopoder e a biopolítica,¹¹ iniciados na década de 70, abriram as portas para que pensássemos a tomada da vida pelo poder político na contemporaneidade. É mérito seu ter possibilitado algumas das primeiras análises sobre o poder nos séculos XIX e XX que ajudaram e alimentaram as reflexões com as quais, inevitavelmente, nos deparamos hoje no que diz respeito à tomada do “corpo vivo” pelo poder por meio de técnicas de adestramento, coerção, melhoramento do corpo, das aptidões físicas; a “fabricação” de indivíduos ideais e a regulação da vida, do “homem-espécie”, isto é, do homem enquanto um ser biológico. Foucault é sem dúvida importante para o aprofundamento e o debate em torno dessas questões. Por isso, os problemas colocados antecipadamente pelo filósofo desenharam o debate acerca do biopoder, questão que perpassa a maioria significativa dos problemas que enfrentamos hoje com o perigo da manipulação indiscriminada da vida pela ciência genética em consonância com os interesses de Estados totalitários (ou não) e, conseqüentemente, a ameaça de uma eugenia estatal em larga escala.

A analítica do poder é, pois, um minucioso estudo das rupturas da filosofia política, do modo de se entender o exercício do poder político (e científico) não mais nos moldes do contratualismo ou apenas na constituição do “sujeito jurídico”. O estudo parte do modelo de governo soberano e suas transformações até o modelo de governo dos Estados democráticos e liberais, assim, as análises sobre a política se transformam em questões das relações de poder assim como o inverso.

Através das mutações, práticas e domínios do poder e, de modo específico, da transformação de um poder soberano que tinha por princípio o direito de morte e de vida a um poder disciplinar e logo depois uma biopolítica das populações e um biopoder,¹² Foucault constatou um dos fenômenos fundamentais do século XIX: uma tomada do poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de “estatização do biológico”.¹³ Em fins do século XVII ao século XVIII há no ocidente o desenvolvimento de um tipo de poder centrado no corpo individual, em uma tecnologia disciplinar do trabalho (homem-corpo). Na segunda metade do século XVIII uma nova técnica de poder transforma, integra e modifica parcialmente o poder disciplinar aplicando-se a vida dos homens, “cobrindo toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população”.¹⁴ A preocupação agora não será mais com o homem-corpo e sim com o homem-espécie, não mais com o homem individual, mas com a massa de homens, com as populações.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, (...) que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie (...), algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana.¹⁵

A esse fenômeno, da tutela da vida pelo poder estatal, podemos notar, Foucault deu o nome de biopolítica, de tecnologia política dos indivíduos, e de biopoder da espécie

humana (ou da população). O biopoder se caracteriza pelo processo no qual a vida biológica (natural) começa a fazer parte dos mecanismos e das táticas do poder de um Estado fazendo com que a política se transforme em biopolítica, ou seja, uma política direcionada a regulamentação (controle) da vida biológica.¹⁶

O biopoder tem por meta o conjunto de processos como a proporção dos nascimentos, a fecundidade de uma população, juntamente com uma porção de problemas econômicos (todos os fenômenos próprios de uma população, de massas de pessoas)¹⁷ e políticos que constituíram os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle da biopolítica. Trata-se da regulamentação da vida biológica, de gerir a vida através de processos biológicos de conjunto. Ao contrário do poder soberano, trata-se de “fazer viver e deixar morrer”, o biopoder é centrado na vida coletiva, ele agrupa efeitos de massas próprios de uma população. Em suma, “trata-se de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”.¹⁸

Frente aos avanços tecnológicos e científicos, no campo da medicina, da moral, da ética e da comunicação a vida entrou em uma rede de vigilância, de controle e de regulação. A grande questão que já enfrentamos e que será uma tarefa cada vez mais próxima a enfrentar será cada vez mais um acentuado poder e controle sobre a vida manifestados em diversas formas, níveis e modos. Experimentamos atualmente quantitativos processos minuciosos dedicados a vigilância e ao controle da vida. A “vida” é uma ideia cultural como qualquer outra e, em nossa cultura democrática, humanista,

religiosa e influenciada pelos meios de comunicação, a “vida” é colocada quase sempre em um horizonte normalizador.

As questões, com as quais inevitavelmente nos deparamos hoje, foram antecipadas no século XX por Michel Foucault, ele nos obriga a entender a gênese, a organização, o funcionamento e as transformações dos mecanismos de poder que asseguram o controle sobre a vida, isto é, a investida de tecnologias de poder sobre a vida biológica de uma massa de pessoas. O conjunto das análises de Foucault sobre o poder nos ensina, antes de qualquer coisa, que as formas de poder têm uma origem, uma história, uma organização, mutações, um funcionamento específico e uma evolução.

Em torno dos inumeráveis debates, que suscitam outras tantas discussões a respeito do desenvolvimento e do alcance da biotecnologia e da manipulação da vida, duas únicas questões reúnem, conjuram e atravessam todas as discussões ligadas a esses temas: o que é a vida?¹⁹ Como regular as práticas científicas ou onde colocar o limite da ciência em meio a sua neutralidade ética se “qualquer objeção ética, qualquer inquietação moral, qualquer apelo à prudência são percebidos como outras tantas deficiências”,²⁰ quase um irracionalismo, um impedimento ao progresso científico? A partir dessas duas questões, outras indagações são inevitáveis: quem deve financiar as pesquisas biotecnológicas, o Estado ou empresas privadas? Quais interesses estão sob essas pesquisas? O DNA, enquanto “propriedade da natureza”, pode ser patenteado? Pode a vida ser tutelada, regulada em laboratório? Pode a vida ser manipulada para fins comerciais? Nenhum argumento da bioética conseguirá contemplar a complexidade de problemas envolvidos em todas essas

questões, nenhum deles poderá nos salvar das encruzilhadas causadas por esses problemas.

A reparação do tema do biopoder e da biopolítica na aurora do nosso século, principalmente após a insana eugenia exterminadora do nazismo, é uma prova que essa questão continua pertinente. A dominação genética é uma evidência cada vez mais próxima, uma realidade cada vez mais familiar a nós. Vivemos o período da “biogenética do ser vivo”, do “biopoder”, da biopolítica, da biotecnologia direcionada aos humanos.

Tanto o progresso da medicina quanto o amplo desenvolvimento da genética trouxeram uma expectativa positiva de sobrevivência aos doentes e degenerados colocando sob questão a ideia da “sobrevivência do mais apto”, do “mais forte”. Por outro lado, a ambição sempre atualizada de melhorar a espécie humana parece advogar em favor da “higiene pública”. O argumento de melhorar a vida humana anda de mãos dadas com aqueles argumentos que fundamentam o eugenismo. As teses eugenistas e suas derivadas racistas e xenofóbicas, entre outras, estão sempre de plantão. Por isso, as conseqüências do uso indevido da engenharia genética, o seu direcionamento comercial e a concentração de poder que ela pode trazer podem ter efeitos devastadores: racismo genético, apropriação indiscriminada da vida, privatização de recursos genéticos, projetos ou programas de seleção, projetos eugênicos, higiene racial etc. A ênfase nas possíveis intenções humanistas e filantrópicas da ciência genética e em seus benefícios pode esconder um sistema de dominação implacável e brutal que pode se instalar como um pesadelo duradouro. Mas o vigor dessa ênfase não se sustenta frente

aos inumeráveis interesses, intenções e rumos que a biotecnologia pode tomar e que nos acordam para o seu perigo. Não sabemos ainda plenamente a dimensão e o alcance desse grande empreendimento genético. Essa é a grande questão. Ela nos consome como a fogueira da inquisição medieval outrora consumiu as “bruxas”.

A regulação da vida coletiva e o uso da biotecnologia direcionada a manipulação e ao controle de seres humanos não são assuntos novos, já durante muito tempo esses temas ocupam um lugar de destaque, de discussão entre os que são a favor, os que são contra e os moderados ou céticos, isto é, aqueles que olham com desconfiança e põem dúvidas sobre o entusiasmo cientificista, sobre esse temerário (e promissor) aprofundamento da biociência, da biotecnologia, que vem ocorrendo cada vez mais com o avanço das pesquisas nessa área do conhecimento. É tudo muito fascinante, preocupante e perigoso, a um só tempo!

O risco iminente que nos ameaça hoje não é apenas o de sermos estilhaçados por armas bélicas cada vez mais sofisticadas, potentes e precisas, mas o de sermos dissolvidos nos muros dos laboratórios. Nesses ambientes uma discreta barbárie pode estar a caminho, ela não é, porém, um temor injustificado, sem razão ou apressado e se essa minha hipótese tiver consistência — como acredito — o abismo para o qual caminhamos será mais profundo do que prevíamos. A biotecnologia foi desenvolvida para fazer bem a humanidade, mas, por outro lado, ela pode trazer problemas sem precedentes se não houver controle, “não é o saber genético enquanto tal que apresenta problema ou merece ser condenado (isso seria absurdo), mas sua instrumentalização pelo mercado

e pela ideologia individualista que o acompanha”.²¹ Nunca se discutiu tanto o lugar do homem na história, o valor da vida, os caminhos e o poder da ciência sobre a vida como temos presenciado ultimamente.

É esse contexto de mundo genético, frenético e tecnocientífico, que torna necessário uma reflexão crítica radical. Essa crítica deve se apoiar sobretudo na instrumentalização do ser vivo tornado propriedade da ciência, mercadoria, matéria-prima (para finalidades além de si mesmo), na tecnização da natureza humana pelas intervenções da biopolítica. Nietzsche, prevendo as molas da destruição daquilo que consagramos chamar de civilização, já no século XIX nos advertiu: “pertencemos a uma época cuja civilização corre o perigo de ser destruída pelos meios da civilização”,²² ou seja, o homem se tornou um perigo a si mesmo, aquilo que ele consagrou e celebrou como “civilização” será causa de sua própria destruição.

NOTAS

¹ FOUCAULT, 2002, p.533.

² Expressões hoje correntes como biotecnologia e tecnociência são empregadas com a finalidade de exprimir o uso de tecnologias em uso ou em favor do conhecimento científico, na fronteira entre a ciência e os diversos meios tecnológicos que estabelecem a intensa relação entre ciência e tecnologia. Dessa forma, as tecnologias são os meios, os instrumentos e instrumentais usados pela ciência.

³ FOUCAULT, 2005, p.287.

⁴ FOUCAULT, 2006, p.152.

⁵ Idem, *ibidem*, p.152-157.

⁶ PICHOT, 1995, p.60-67.

⁷ Teoria elaborada na França em meados do século XIX fundamentada no pressuposto da transmissão de doenças hereditárias e na degenerescência do corpo.

⁸ NIETZSCHE, 2007, p.129.

⁹ FOUCAULT, 2005c, p.316.

¹⁰ FOUCAULT, 2006, p.156.

¹¹ Como nos informa o filósofo italiano Roberto Esposito, Foucault não foi o primeiro autor a utilizar o termo. Esposito assinala três correntes distintas, “sucessivas no tempo” e predecessoras de Foucault, nas quais o termo ‘biopolítica’ exerceu um papel central. A primeira, anterior à Segunda Guerra, corresponde à concepção organicista do Estado, como um só corpo e espírito, cuja vitalidade varia segundo pulsões naturais, traços culturais e raciais específicos, em oposição à concepção jurídica do Estado constitucional. A segunda, nos anos 1960, segue uma investigação antropológica, acerca da natureza humana, e busca relacionar a civilização e a política com o desdobramento de leis biológicas elementares, destacando entretanto o papel emancipador das forças espirituais. A terceira teve início nos anos 1970, tratava-se de uma abordagem naturalística da política, segunda a qual a ordem política deve regular-se pelas condições naturais do homem e da sociedade, e não esforçar-se em superá-las. Cf. ESPOSITO, Roberto. *Bíos – biopolítica e filosofia*. Torino: Einaudi Editores, 2004, p.6-14.

¹² Trata-se não de uma substituição de um modelo de sociedade para outro, o que há é “um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental cujo alvo principal é a população, e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança”. (FOUCAULT, 2005d, p.302).

¹³ Cf. FOUCAULT, 2005, p.286.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.302.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.289.

¹⁶ FOUCAULT, 2008, p.03.

¹⁷ Cf. FOUCAULT, 2005, p.290.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.294.

¹⁹ Questões polêmicas como a pena de morte, a eutanásia e o aborto giram em

torno de uma única questão que, ao meu ver, é um problema epistemológico por tratar-se de um conceito: o que é a vida? E como determinar onde, quando e como ela começa?

²⁰ GUILLEBAUD, 2008, p.42.

²¹ Idem, ibidem, p.252.

²² NIETZSCHE, 2005, p.xx, § 520.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, v. 1 - a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª edição. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**, v. I, II, IV, V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005c.

FOUCAULT, Michel. “**A Governamentalidade**”. In: **Ditos e Escritos**, v. IV. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005d.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUILLEBAUD, Claude. **Princípio de Humanidade**. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida: Idéias e Letras, 2008.

HARBERMAS, Jürgen. **O Futuro da Natureza Humana — a caminho de uma eugenia liberal?** Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o Humanismo**. Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, s/d. (Coleção Os Pensadores).

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra — um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Mário da Silva. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, Demasiado Humano — um livro para espíritos livres**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o Parque Humano — uma resposta à carta de Heidegger sobre o Humanismo**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

STEINER, George. **Alfabetização Humanista**. In: **Linguagem e Silêncio — ensaio sobre a crise da palavra**. Tradução de Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PICHOT, André. **O Eugenismo — genetistas apanhados pela filantropia**. Tradução de Francisco Manso. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.